

23.05.1988

P: 2

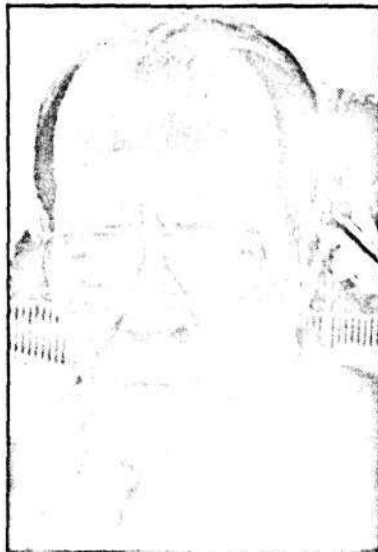
GLOBO

Data da posse do sucessor, o novo embate

BRASÍLIA — A tranqüilidade do Governo quanto à votação do mandato do Presidente José Sarney pode esbarrar num detalhe: a emenda Matheus Iansen (PMDB-PR), prevendo eleições em 15 de novembro de 1989 e que tem preferência de votação, não fixa a data de posse do novo Presidente. Nas disposições permanentes, a Constituinte decidiu que todos os cargos executivos devem ser ocupados a partir de primeiro de janeiro — princípio que, na interpretação do Assessor da Presidência da Assembléia Miguel Reale Júnior deve ser aplicado na sucessão de Sarney, reduzindo seu mandato em dois meses e meio.

O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e o Assessor Parlamentar da Presidência da República, Henrique Hargreaves, concordam com Reale quanto à prevalência das disposições permanentes, em caso de omissão nas Disposições Transitórias, mas acham que o assunto deve ser resolvido pela Justiça.

Hargreaves informa que, até agora, o Governo não pensa em mudar



Sant'Anna: Decisão é da Justiça

sua estratégia de votação nem em firmar acordos que possibilitem a redução do mandato de Sarney. Os esforços serão centrados exclusiva-

mente na aprovação da emenda Matheus Iansen.

A possibilidade de um acordo para a posse do sucessor de Sarney em primeiro de janeiro de 1990 foi anunciada pelo Governador de São Paulo, Orestes Quércia na última segunda-feira, após a reunião no Palácio da Alvorada. Ela já havia sido discutida entre Ulysses e lideranças do PMDB paulista, que também viam na idéia a possibilidade de esfriar o debate sobre o mandato e conter o movimento de debandada do partido.

Pela proposta de Ulysses, a eleição do sucessor obedeceria ao previsto nas disposições permanentes, com a realização do primeiro turno em primeiro de setembro de 1989, 120 dias antes da posse. Essa tese teve o apoio dos Governadores Moreira Franco, do Rio, e Newton Cardoso, de Minas Gerais.

Reale acha que, se a posse não for em primeiro de janeiro, ficaria prejudicado não o mandato de Sarney, que cumpre período de transição, mas o de seu sucessor, que governará em regime de plena normalidade

institucional. O jurista explica que a posse em primeiro de janeiro não é arbitrária, mas está vinculada ao início do período orçamentário.

— Em março, o Chefe do Executivo recém-eleito pode encontrar o Orçamento do ano da sua posse comprometido — diz ele, lembrando o exemplo do Governador Franco Montoro, que encontrou o Orçamento de 1983 do Estado de São Paulo comprometido pelo ex-Governador Paulo Maluf, sendo obrigado a rescindir ocom multas vários contratos já firmados.

A nova proposta do grupo de Ulysses, segundo o jurista, não teria dificuldade técnica de ser concretizada. Entre as 39 emendas apresentadas sobre o mandato de Sarney há inúmeras possibilidades de fusão. Também a manutenção da posse em 15 de março de 1990 pode ser aprovada com fusão da emenda Iansen com a apresentada pelo Deputado Enoc Vieira (PFL-MA), que não estabelece a data da eleição, mas somente a da posse.